
Modernizando a cidade: o processo de instalação e ampliação do serviço de energia elétrica de Jacobina (1955-1959)¹

Modernizing the town: the process of installing and expanding the electricity service of Jacobina (1955-1959)

Edson Silva *

<https://orcid.org/0000-0002-6250-287X>

Resumo

O artigo analisa o processo de ampliação do serviço de energia elétrica na cidade de Jacobina em meados da década de 1950, contexto no qual passou por uma série de transformações no campo do urbanismo, com a instalação e ampliação de serviços de conforto urbano e equipamentos públicos de infraestrutura, configurando um processo de modernização urbana. A partir do cruzamento de fontes como textos jornalísticos, fotográficas e documentos de natureza administrativa e legislativa que tratavam da vida urbana de Jacobina investigamos os interesses, projetos e discursos articulados em torno do serviço de energia elétrica. Por fim, apontamos para a caracterização do processo de ampliação do serviço de energia elétrica e de modernização em Jacobina, conformando um processo parcial, seletivo e excludente.

Palavras-chave: Cidade; Jacobina; Modernização; Energia elétrica.

Abstract

The article analyzes the process of expanding the electricity service in the town of Jacobina in the mid-1950s, a context in which a series of transformations concerning urbanism happened, with the installation and expansion of urban utility facilities and public infrastructure equipment, characterizing an urban modernization process. Through the crossing of sources such as journalistic texts, photos, administrative and legislative documents that dealt with Jacobina urban life, we investigated the interests, projects and speeches concerning the electricity service. Finally, we suggest that the characterization

¹ O texto base do artigo fez parte da dissertação de mestrado *Modernização, sanitarismo e cotidiano (Jacobina 1955-1959)*, defendida em 2015, no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A presente versão apresenta acréscimos e modificações na redação.

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS). E-mail: edisomsilva@gmail.com

of the process of expanding the electricity service and the modernization of Jacobina formed a partial, selective and excluding process.

Keywords: Town; Jacobina; Modernization; Electricity.

Introdução

O objetivo do artigo é analisar o processo de ampliação do serviço de energia elétrica na cidade de Jacobina durante meados da década de 1950, ocasião em que ocorreu uma série de transformações urbanas. Recorrendo ao estudo e cruzamento de fontes de natureza diversa, como textos jornalísticos, documentos administrativos, livro de Atas da Câmara Municipal, relatório de prestação de conta do prefeito e fotografias. Procuramos investigar a partir destes indícios os desdobramentos do processo de ampliação da rede elétrica da cidade, os sujeitos, seus discursos e interesses envolvidos, bem como a distribuição do serviço dentro do território urbano.

A ampliação do serviço de energia elétrica, elemento de conforto urbano, era mais um equipamento técnico de modernização cidade no contexto da década de 1950, especificamente na gestão do prefeito Orlando Oliveira Pires (1955-1959). A escolha do recorte cronológico da gestão municipal ocorreu em virtude da pesquisa ter tido como foco de análise o processo de modernização, as intervenções médicos-sanitaristas e aspectos do cotidiano da cidade no período da citada administração.² Naquela conjuntura, Jacobina passou por uma série de obras que transformaram a forma, a arquitetura e a paisagem urbana. Com a pavimentação a paralelo das ruas do centro, a abertura de uma nova avenida (Av. Orlando Oliveira Pires) e loteamento, a construção de um cais à margem do rio Itapicuru-Mirim, a edificação de uma praça de esporte e lazer (estádio municipal), a implantação do serviço de água encanada e esgoto, melhoramento do serviço de limpeza urbana e a construção de um aeroporto. Mudanças significativas no território urbano, tradadas pela imprensa local enquanto um processo de superação da “decadência e estagnação” e a inserção da cidade no curso do “soerguimento e do progresso”.³

De acordo com David Harvey, modernização urbana compreende-se como um processo de produção material, técnica e social. Quando introduzida em uma cidade opera de maneira a produzir novas espacialidades, funcionalidades e instituir equipamentos técnicos, criando uma outra forma,

² Cf. SILVA, Edson. *Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina 1955-1959)*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. (Dissertação de Mestrado).

³ Jacobina retomou o caminho do progresso - Vanguarda, 11/02/1956, N°. 330, p.1

arquitetura, paisagem urbana e dinâmica nas relações com os espaços. Para Harvey, essas ações no curso da modernidade tomaram uma dinâmica caracterizada pela destruição criativa ou criação destrutiva.

A imagem da “destruição criativa” é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes? Simplesmente não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos, como o observou toda uma linhagem de pensadores modernistas de Goethe a Mao. (...) Há várias figuras modernas – Haussmann trabalhando na Paris do Segundo Império e Robert Moses na Nova Iorque pós-Segunda Guerra Mundial – para dar à figura da destruição criativa uma estatura superior à do mito.⁴

Todavia, a modernização aqui tratada entendemos enquanto um processo de remodelação da cidade com a edificação de obras urbanísticas e inserção de equipamentos de conforto urbano. Diferente de outras experiências de modernização de cidade marcadas pelo urbanismo demolidor ou destruidor, onde uma antiga paisagem, arquitetura e forma urbana colonial ou medieval foi postada abaixo. A modernização do espaço urbano aqui abordado compreende-se um conjunto de obras de infraestrutura e de serviços urbanos, que configura o urbanismo, como abertura de avenida e pavimentação de ruas, construção de equipamentos de lazer e esporte, implantação de serviço de água encanada e esgoto. Como parte deste processo de modernização ocorreu a ampliação do sistema de produção e distribuição de energia elétrica, sobre o qual nos debruçamos a analisar.

Segundo a memorialista Doracy Lemos, antes da chegada da eletricidade, a cidade de Jacobina era “iluminada a carbureto e a querosene”.⁵ O primeiro serviço de energia elétrica da cidade foi inaugurado em 1928, a partir da constituição da Companhia de Força e Luz de Jacobina S/A, que passou a oferecer o serviço de iluminação pública e privada. A empresa foi fundada

⁴ HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. Ed. São Paulo: Loyola, 2011. p.26.

⁵ LEMOS, Doraci. *Jacobina*, [s.n.], Jacobina, 1994.p.12.

pela iniciativa de políticos e comerciantes da cidade, mas para a sua consolidação teve que contar com a participação da intendência municipal e do governo estadual.⁶

O serviço de energia elétrica inaugurado em 1928 funcionava tendo como força motriz de produção de energia a pequena usina hidrelétrica construída no leito do Rio do Ouro, a poucos quilômetros da cidade. Ainda de acordo com a memorialista Doracy Lemos, na gestão do prefeito Reynaldo Jacobina Vieira (1930-1942), o gestor, argumentando que a empresa não poderia continuar sendo administrada pela iniciativa privada, dada a precariedade do serviço prestado, tentou encampar em nome da Prefeitura. De tal fato, surgiu um impasse entre os acionistas e diretores da empresa e o prefeito, pois os primeiros desejavam a venda das ações para o poder público municipal.⁷ Disputa que acabou vencida pela Prefeitura, sendo a empresa encampada, passando a ser administrada pelo poder público municipal. No contexto da década de 1950, a Companhia de Força e Luz de Jacobina, apareceu na documentação pesquisada, administrada pela Prefeitura de Jacobina.

No decorrer da década de 1950, o jornal *Vanguarda*, periódico que circulava em Jacobina e cidades vizinhas, trazia uma série de notas reclamando acerca da má iluminação pública e da prestação do serviço de energia elétrica. Nos títulos dos textos publicados no jornal, os editores bradavam: “No escuro um trecho da Av. Duque de Caxias”, “Faltam lâmpadas na Rua cel. Rocha pires”⁸, “Faltam lâmpadas na Praça Miguel Calmon”.⁹ Duas dessas reclamações foram publicadas na primeira página do periódico, tendo em vista o destaque que os editores desejavam fazer da situação. As notas do jornal, ao apontar para a escuridão que reinava nas ruas, acionavam representações, o imaginário e o sentimento de medo em torno do escuro da noite, onde se podia encontrar o desconhecido, o misterioso, o inesperado. Além de projetar associações entre o horário noturno e a escuridão como situações propícias para práticas ilegais, censuradas, interditas ou para o aparecimento de infames personagens urbanos.

As críticas não diziam respeito apenas à iluminação pública, à falta de lâmpadas e à escuridão das vias urbanas, ampliavam-se para o horário de

⁶ BLUME, Luiz Henrique dos Santos. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. (Org.). *Culturas Urbanas na Bahia: Estudos sobre Jacobina e Região*. Salvador: EDUNEB, 2009. p.15-30.

⁷ LEMOS, op. cit.p.12.

⁸ *Vanguarda*, 10/07/1955, N° 300, p.1

⁹ *Vanguarda*, 31/07/1955, N° 303, p.4

ligamento e desligamento da energia, para o funcionamento das atividades comerciais e domésticas. Pronunciando-se em nome dos comerciantes locais, e dos moradores, que deviam ser poucos, devido à restrição da rede de distribuição existente. O jornal reivindicava a mudança do horário de ligamento do serviço de energia elétrica, que devia ser acionado mais cedo do que estava ocorrendo. Como pode-se ler nesse texto:

Ainda o Retardamento na Ligação da Luz

Mais uma vez, apelamos para o sr. Prefeito Municipal no sentido de que seja o serviço de iluminação pública iniciado mais cedo, pois, da maneira como vem sendo feito está causando prejuízo à população local, especialmente ao comércio que, com o novo horário adotado pela Prefeitura, é obrigado a encerrar o seu expediente às 18 horas.

Em vez de ser a luz ligada entre as 17:50 às 18 horas, como o é atualmente, deveria ser às 17:30 horas, no máximo, pois a essa hora já está escuro no interior dos estabelecimentos comerciais e dos lares.

Consta-nos que os comerciantes desta praça dirigiram, há pouco, um apelo ao sr. Prefeito, neste mesmo sentido.¹⁰

As reclamações quanto ao funcionamento da energia elétrica não se limitavam ao período noturno, estendiam-se, ainda, ao período da manhã:

Pedem eletricidade para preparar os seus alimentos

Em dia da semana que hoje finda, esteve (sic) em nossa redação uma comissão do Ginásio “Deocleciano Barbosa de Castro” que nos veio pedir solicitamos ao dr. Orlando Pires, prefeito municipal, que mande ligar os motores da usina elétrica, das 7 às 8 horas da manhã, a fim de poderem preparar os seus alimentos vitaminosos que dependem de aparelhos elétricos.

Ai fica registrado (sic) o pedido das ginásianas, com vista ao dr. Orlando Pires que é também professor do Ginásio “Deocleciano Barbosa de Castro (sic).¹¹

Conforme a nota, as estudantes utilizaram o periódico como mediador do pedido ao gestor municipal. No caso, que a ligação da energia elétrica fosse realizada mais cedo do que o horário convencional. A fim de servir para o preparo da “vitaminosa” alimentação matinal das colegiais. Mesmo o alcaide sendo professor na citada instituição escolar, que as estudantes cursavam,

¹⁰ Vanguarda, 31/12/1955, N°325, p.1

¹¹ Vanguarda, 26/05/1956, N°345, p.1

espaço em que as alunas poderiam encontrá-lo e realizar pessoalmente a solicitação, as moças consideravam mais importante fazer por meio das páginas do jornal. Assim, levando também ao conhecimento dos leitores do periódico suas reivindicações. Expediente, possivelmente, utilizado pelas colegiais, com a pretensão de ganhar apoio para suas exigências junto ao gestor municipal.

A antiga rede de energia elétrica da cidade funcionava limitada as poucas residências e estabelecimentos situados nas ruas centrais de Jacobina. Operava de modo precário e tinha horário determinado para ser acionada e desligada. Assim, as exigências e solicitações presentes nos textos jornalísticos acerca do serviço de energia elétrica da cidade, manifestavam o desejo de estabelecer um ambiente urbano bem iluminado, garantindo a segurança das ruas, promovendo o pleno desenvolvimento das atividades comerciais e o funcionamento dos equipamentos elétricos e eletrodomésticos.

Elementos que no imaginário urbano jacobinense significava a elevação da cidade a um estágio de “desenvolvimento”, a chegada da “civilidade” e do “progresso”. Neste contexto, o jornal *Vanguarda*, fazia um discurso sobre a cidade em que tratavam a existência e o funcionamento de novos estabelecimentos comerciais, espaços de consumo e lazer, como o advento de equipamentos médicos, refinadas lojas e novas salas de cinema, enquanto elementos que demarcavam para Jacobina uma imagem de “progresso”, “desenvolvimento” e “civilidade”.¹²

O *Vanguarda* foi fundado na cidade vizinha de Feira de Santana em 1949, sendo posteriormente (1955) transferido pelos proprietários e editores responsáveis, Floriano Mota e Éneas Mota, para Jacobina. Nesta cidade, o periódico era publicado semanalmente, lançado em circulação aos sábados e vendido tanto por assinatura como o exemplar avulso. Em 1955, a assinatura anual custava o valor de Cr\$ 60, 00 e semestral Cr\$ 40,00, já o preço avulso era de Cr\$ 1,50. Em 1958, o preço da assinatura do semanário foi elevado para Cr\$ 60, 00 semestral e Cr\$ 100, 00 anual.¹³ Nas páginas do *Vanguarda*, eram publicadas notícias no âmbito local, estadual, nacional e internacional. Artigos dos editores e articulistas locais, publicidade do comércio de Jacobina e municípios circunvizinhos, além de editais da Prefeitura e publicações do Distrito Sanitário.

¹² SILVA, Edson. Um centro comercial a altura do “progresso” da cidade (Jacobina – BA - 1955-1960). In: *Anais. III Colóquio História Cultural e Sensibilidades*. Disponível em: http://cnhc.ufrr.br/wp-content/uploads/2019/11/anais_cnhc_2013.pdf.

¹³ *Vanguarda*, 27/04/1958, N°391, p.4.

O jornal *Vanguarda*, expressava-se em nome de um grupo social específico, dos comerciantes e proprietários do centro da urbe. Como assinalou Ciro Marcondes Filho, acerca da atividade jornalística:

O jornalismo, via de regra, atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade.¹⁴

Deste modo, concordamos com Marcondes Filho, as relações entre a imprensa e grupos políticos e econômicos se dão de forma imbricada. Longe de qualquer imparcialidade ou objetividade, a escolha ou posicionamento já começa no momento da seleção do que vai ser ou não publicado. No mesmo sentido, argumentou Tânia Regina de Luca: “A imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.¹⁵

Assim sendo, entende-se que o *Vanguarda*, nas suas notas, agenciava os interesses dos seus patrocinadores: identificados nos anúncios publicitários. Por outro lado, atendia as expectativas, possivelmente, de um grupo seletivo de leitores. Folheando as páginas do *Vanguarda*, descobre-se entre suas colunas enquanto anunciantes e patrocinadores do jornal, estabelecimentos de saúde como consultórios médicos, clínicas odontológicas e hospitais. Além de diversos lojistas, farmácias, distribuidores de alimentos, lojas de eletrodomésticos e tecidos, papelaria, agência de transporte rodoviário, oficina mecânica, escritório de contabilidade e advocacia, e a Prefeitura de Jacobina.

¹⁴ MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo. Ática, 1986, p.111.

¹⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2011. p.139.

Figura 1 - Jornal Vanguarda, edição 313, 9 de outubro de 1955.



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos de Cultura e Cidade (NECC), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV, Jacobina.

A base de leitores do periódico semanal era formada, provavelmente, por uma parcela da população que teve acesso à educação formal, tais como professores, médicos, advogados, contadores, dentistas, comerciantes, empresários, políticos, servidores públicos de Jacobina e dos municípios próximos. Entretanto, outras formas de acesso às informações transmitidas no jornal poderiam ser acessadas pela população, como em rodas de conversa ou comentários dos leitores em praças, ruas, mercados, igrejas, bares, feira livre ou estação de trem.¹⁶

O *Vanguarda*, nas suas edições semanais pautavam discussões sobre o ordenamento da cidade e seu cotidiano, apontando os problemas urbanos e conclamando a intervenção da Prefeitura. Por outro lado, fazia um discurso de exaltação das transformações urbanas e do gestor municipal e sua gestão, tratado em textos dos editores e por colunistas como sujeito “operoso”, “eficiente” e “dinâmico”¹⁷, capaz de modificar a história da cidade, superando as características do passado¹⁸ e inserindo Jacobina na trilha do “progresso” e da “civilização”.¹⁹

A ampliação e melhoria do serviço de energia elétrica projetava-se para o jornal e seus patrocinadores como um mecanismo que garantiria o desenvolvimento do comércio da cidade. Para melhor aproveitamento comercial e

¹⁶ SILVA, E. A cidade de ponta a cabeça. *Albuquerque: revista de história*, v. 11, n. 22, p. 114-135, 4 maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHIS/article/view/9594>

¹⁷ O primeiro aniversário de uma eficiente e promissora administração - *Vanguarda*, 07/04/1956, N° 338, p.1

¹⁸ Jacobina na senda do progresso - *Vanguarda*, 01/05/1955, N° 290, p.3

¹⁹ Jacobina retomou o caminho do progresso - *Vanguarda*, 11/02/1956, N° 330, p.1

da dinâmica de circulação de mercadorias e prestação de serviços, os estabelecimentos, os profissionais e empresários, por exemplo, em lojas, padarias, escritórios, consultórios e armazéns dependiam de uma boa iluminação das vias públicas (permitindo o funcionamento noturno) e da eletricidade do interior dos espaços disponível por mais tempo. As ruas iluminadas abriam ainda a possibilidade para uma vida noturna, permitindo novas maneiras e oportunidades de aproveitar o ambiente urbano.

Além disso, a eficiência da energia elétrica e da iluminação pública vinham como forma de conquista da segurança e do controle social na urbe. A propósito, a questão da ordem urbana, da segurança das vias públicas no período noturno, era um assunto de preocupação por parte dos negociantes locais. No que diz respeito a questão, vale lembrar, que foi criado ainda naqueles anos, pelos comerciantes, juntamente com as autoridades de segurança da cidade, o Serviço de Guarda Noturna.²⁰ A organização do serviço, foi apresentado nas páginas do *Vanguarda*, como uma iniciativa dos comerciantes, a fim de: “defender a propriedade e o comércio dos constantes assaltos dos larápios”.²¹

De acordo com Marcel Roncayolo, a vida urbana exigiu o domínio sobre a luz. “Dos lampiões a óleo às tochas, das candeias e das velas à pirotecnia, a cidade sempre procurou dominar a luz, sinal de originalidade técnica do mundo urbano, primeiro elemento, talvez, de sua “artificialidade”.²² Para o supracitado urbanista, o controle sobre a luz significou inicialmente garantir a segurança. Nessa condição, a iluminação das ruas e dos ambientes comerciais no horário noturno, significava para uma cidade, possuir uma certa garantia, de uma vida urbana com mais vigilância. Servindo enquanto uma espécie de sentinela da propriedade e da integridade física dos cidadãos.

Para além disto, sob o império das luzes artificiais, como designou Roncayolo, ocorreram substanciais transformações na vida social, tanto nos espaços públicos quanto nos privados. Assim, sucederam modificações no campo do trabalho, nas relações entre os sujeitos, nos hábitos cotidianos, no ritmo dos transportes e das comunicações. O domínio da luz artificial permitiu ultrapassar o ritmo do tempo imposto pela natureza, implicou em transformações nas práticas sociais cotidianas e favoreceu o processo de industrialização.²³

²⁰ Criado o Serviço de Vigilância Noturna Nesta cidade. *Vanguarda*, 13/04/1957, N° 389, p.1

²¹ Organizado o Serviço de Vigilância Noturna Desta Cidade. *Vanguarda*, 08/06/1957, N° 396, p.1

²² RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Trad. Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo, v. 18, maio, 1999.p.97.

²³ RONCAYOLO, op. cit, p.97-98.

A ampliação do serviço de energia elétrica de Jacobina

O prefeito Orlando Oliveira Pires (1955-1959), buscou ampliar e melhorar o serviço de fornecimento de energia elétrica e iluminação da cidade, com a construção de um novo terminal termoeletrico. No ano de 1955, o alcaide, solicitou a Câmara Municipal um crédito especial, para amortizar parte de um empréstimo, devido pela Prefeitura, a Caixa Econômica Federal. O empréstimo fora contraído em gestões passadas. O pedido do gestor municipal, por sua vez, foi atendido.²⁴

O pagamento do empréstimo era, possivelmente, condição necessária para que a Prefeitura pudesse firmar convênio para a ampliação do serviço de energia elétrica. Pois, no ano seguinte ao pagamento da dívida a Caixa Econômica Federal, entre os projetos aprovados pela Câmara de Vereadores, foi acatado o que permitia a Prefeitura fazer um convênio com a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Justamente para a encampação do serviço de energia elétrica, pela citada autarquia federal.²⁵ Outro projeto, aprovado pelo legislativo municipal, autorizava o prefeito a doar um terreno do município para a União, a fim de construir um aeroporto na cidade, por meio do Ministério da Aeronáutica, em parceria com a Prefeitura.²⁶

Em julho de 1956, no *Vanguarda*, era noticiado aos leitores do periódico, a presença de um engenheiro da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) na cidade, elaborando um estudo acerca das condições existentes de funcionamento da rede de energia elétrica local, para posterior ampliação do serviço. O jornal, em nota, na primeira página, destacava:

Está Sendo Feito o Levantamento da Rêde Desta Cidade (sic)

Encontra-se nesta cidade, desde o meado da presente semana, o eng. Augusto Cortellazzi, da Comissão do Vale do S. Francisco que, por determinação desta, está fazendo o levantamento da rêde elétrica local para a ampliação dêste importante serviço (sic).

Com a projetada ampliação, o serviço de iluminação desta cidade será estendido aos bairros de Bananeira, João Teixeira, Caieira e outros que ainda não possuem êste importante melhoramento (sic).²⁷

²⁴ A Prefeitura Amortizou Parte do Empréstimo - Vanguarda, 29/10/1955, N°316, p.1

²⁵ Será Encampado Pela Comissão Vale do S. Francisco o Serviço de Energia Elétrica - O Prefeito Já Foi Autorizado a Firmar o Convênio - Vanguarda, 04/02/1956, N°329, p.1; Projetos Aprovados Pela Câmara de Vereadores - Vanguarda, 04/02/1956, N°329, p.1.

²⁶ JACOBINA. Lei n° 57-56 de 26 de janeiro de 1956. p.14; Lei n° 58-56 de 27 de janeiro de 1956. p.13-14. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

²⁷ Está Sendo Feito o Levantamento da Rêde Desta Cidade (sic) - Vanguarda, 30/07/1956, N°350, p.1.

A promessa era que, o serviço passaria por uma reforma e ampliação, criando condições de funcionamento por um tempo maior e da iluminação pública à noite inteira. Sendo ampliada para os demais bairros e ruas que ainda não eram contemplados. Contudo, reivindicação mais ambiciosa quanto ao serviço de energia elétrica era feita nas páginas do *Vanguarda*. À medida que eram tomadas as primeiras iniciativas para a construção de um novo terminal elétrico na cidade, era reproduzido no jornal, em sucessivas edições, artigos de um sujeito, chamado Yves de Oliveira.²⁸ Os seus textos, manifestavam uma campanha, em defesa da instalação da energia elétrica, vinda da hidrelétrica de Paulo Afonso, para os municípios do interior do Estado da Bahia. Obra que dependeria da construção de uma Estação Abaixadora, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), no vizinho município de Senhor do Bonfim.

Acompanhando as edições do *Vanguarda*, identifica-se Yves de Oliveira, como jornalista, presidente da Associação dos Municípios da Bahia e militante do pensamento municipalista. Um defensor da autonomia e dos interesses dos municípios do interior do Estado. No entanto, não conseguimos obter outras informações sobre a trajetória biográfica e atuação política dele. Tão somente as notícias e textos divulgadas no jornal. Os artigos de Yves de Oliveira, reproduzidos no *Vanguarda*, pautavam questões sobre a autonomia municipal, a seca no Nordeste, a construção das estações abaixadoras (Senhor do Bonfim e Catu) e a ampliação das redes de transmissão da energia elétrica gerada pela hidrelétrica de Paulo Afonso para os municípios baianos.

Interessante destacar, nesses textos reproduzidos no jornal *Vanguarda*, a constituição de um discurso em torno da energia elétrica, especificamente produzida pela usina hidrelétrica de Paulo Afonso, sendo tratada como redentora dos problemas sociais e climáticos da região. A ideia central, enunciada por Yves de Oliveira, era de que: “Nós defendemos uma tese diferente para o Nordeste, qual seja a de que sem energia elétrica abundante e barata essas crises não diminuirão, quanto mais desaparecem”.²⁹ As crises, que ele fazia referência, tratava-se da seca e dos problemas decorrentes dela, que estavam afetando a população da região.

Yves de Oliveira, acusava os dirigentes da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), pela demora da construção da Estação Abaixadora de

²⁸ A Candidatura Yves de Oliveira à Presidência da A.B.M - Vanguarda, 27/04/1957, N°391, p.4; A presidência da A.B.M o dr. Yves de oliveira - Vanguarda, 17/08/1957, N°405, p.1

²⁹ Vanguarda, 07/07/1956, N°351, p.1

Senhor do Bonfim, e por agir de forma deliberada contra os interesses da região. Num outro texto, publicado no *Vanguarda*, acerca da CHESF, ele sentenciava:

Eles serão apontados ao povo como os responsáveis pela infelicidade da gente nordestina, porque se já houvesse energia elétrica no nordeste a seca atual não teria a repercussão que está tendo, ela poderia ser bem amenisadam (sic) em todos os pontos para as populações dessa região.³⁰

Qual a relação entre a energia elétrica e o problema da seca na região? A chegada da energia gerada pela hidrelétrica de Paulo Afonso resolveria as questões sociais locais? Nota-se, nos textos do Yves de Oliveira, o uso recorrente de uma associação retórica, em que relacionava a chegada da eletricidade na região, enquanto fator de resolução ou de minimização do problema da seca e suas consequências sociais, provocados a população. O que se observa, na narrativa, é a recorrente evocação de imagens e conceitos construídas e naturalizados em torno do espaço geográfico, designado como Nordeste. Apresentado como lugar da seca, da miséria, da fome, do atraso, do mandonismo e das intrigas políticas entre as lideranças locais.

Como evidenciou, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, no livro “A invenção do Nordeste e outras artes”, as elites nordestinas passaram por um processo de deslocamento do poder político e econômico, a partir do final do século XIX, com o fim da escravidão e a instituição da República. Processo que se agravou no início do século XX com a emergência econômica e política da região Sudeste.³¹ Desde as primeiras décadas do século XX, as elites políticas do Nordeste, assumindo uma posição dependente e subordinada no cenário político e econômico nacional, passaram apresentar a região como o lugar do atraso, da miséria, da seca, do mandonismo político e da violência.

Diante das mudanças históricas, os grupos políticos dispersos das antigas províncias do Norte do país, caindo numa posição marginalizada no cenário nacional, passaram a construir um discurso de denúncia dos problemas da região, explorando questões como a seca, o cangaço, o coronelismo e as mazelas sociais. Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior, tratava-se de uma estratégia discursiva, elaborada pelas elites políticas da região, produzida para angariar benefícios frente aos órgãos federais e conseguir recursos para a construção de obras públicas. Assim sendo, produziam uma visibilidade para

³⁰ Vanguarda, 04/08/1956, N°355, p.1

³¹ ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife. FJN, Ed. Massangana. São Paulo. Cortez, 1999.

problemas que sensibilizavam e chamavam a atenção da opinião pública nacional. E com isso, conseguiam recursos e cargos públicos em órgãos estatais.³²

Nas colunas do periódico *Vanguarda*, foram reproduzidos uma série de artigos³³ de Ives de Oliveira, em que entrelaçava o problema da seca, da fome e da miséria no Nordeste, com a reivindicação da energia elétrica de Paulo Afonso e a construção da Estação Abaixadora em Senhor do Bonfim. No artigo intitulado “A sêca (sic) no Nordeste³⁴”, ele defendia que: “A energia para o nordeste é a única segurança para melhores dias dessa gente sofredora e persistente”.³⁵ Os textos, publicados pelo *Vanguarda*, anunciavam de forma veemente e repetitiva, a eletricidade enquanto fator de desenvolvimento e de resolução dos problemas sociais dos municípios. Nas palavras de Oliveira: “A política pela energia elétrica para todos os baianos, porque sem energia elétrica abundante barata os índices de educação política são restritos e o predomínio das ideias renovadoras dificilmente se dará”.³⁶

Ives de Oliveira, foi eleito em 1957, para presidente Associação Brasileira de Municípios (ABM).³⁷ Possivelmente, seu empenho em prol da vinda da energia elétrica para a região e sua forma de apresentá-la, como redentora dos problemas dos municípios, lhe renderam algum capital político. Talvez, influenciado na sua eleição para dirigente da citada instituição. Entretanto, a energia elétrica da hidrelétrica de Paulo Afonso, tardaria mais alguns anos, para chegar à cidade de Jacobina.

Em contrapartida, observa-se também, que equipamentos de conforto urbano, como a energia elétrica, naquele contexto, eram considerados como uma grande conquista para uma cidade do interior. Nesse processo, mobilizavam-se grupos políticos e sujeitos, os quais empreendiam estratégias discursivas, visando o intento de conseguir obras e equipamentos de conforto para uma região ou cidade. Em Jacobina, o jornal *Vanguarda*, reproduzia artigos de Ives de Oliveira, mobilizava o imaginário e desejo dos leitores na

³² *Ibidem*, p.65-182.

³³ A sêca no nordeste (sic) - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - *Vanguarda*, 07/07/1956, N°351, p.1; A sêca no nordeste (sic) - II - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) *Vanguarda*, 14/07/1956, N°352, p.1; A CHESF e as Abaixadoras do Nordeste - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - *Vanguarda*, 28/07/1956, N.354, p.1; A CHESF e as Abaixadoras do Nordeste - Yves de Oliveira. (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - *Vanguarda*, 04/08/1956, N°355, p.1; A luta Pelas Abaixadoras Para o Nordeste - Yves de Oliveira (Copyright da COOPI para “Vanguarda”) - *Vanguarda*, 13/10/1958, N°365, p.1

³⁴ *Vanguarda*, 14/07/1956, N°352, p.1

³⁵ *Idem*, p.1

³⁶ A batalha pela autonomia dos municípios - *Vanguarda*, 1956, N° 357, p.1.

³⁷ A presidência da A.B.M o dr. Ives de oliveira - *Vanguarda*, 17/08/1957, N°405, p.1

reivindicação da energia elétrica, produzida a partir da hidrelétrica de Paulo Afonso, como redentora das mazelas sociais.

No dia 6 de outubro de 1957, por fim, foram colocados para funcionar os novos motores e o novo terminal termoelétrico instalado pela Comissão do Vale do São Francisco (CSFV), construído no incipiente e afastado do centro, bairro da Bananeira. O sonhado melhoramento urbano era um empreendimento prometido como capaz de iluminar toda a cidade, sendo equipado por dois motores MAN, 300 H.P, vindos da Alemanha, comprados pela Comissão do Vale do São Francisco (CSFV). No entanto, inicialmente apenas um motor ficaria funcionando, uma vez que, o acionamento do outro dependia da reforma e ampliação da rede elétrica para o conjunto do território urbano.³⁸ Questão que ainda custaria ser resolvida. Neste primeiro momento, apenas uma parte da cidade era contemplada e beneficiada pelo serviço, ficando os bairros e ruas afastados no centro da cidade, excluídas do melhoramento urbano.

A inauguração do novo terminal termoelétrico, foi feita, em 6 novembro de 1957, em um evento de pompa para a cidade, com a presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek. Segundo a reportagem, do jornal *Vanguarda*, acerca da visita presidencial, o presidente chegou de avião na cidade, acompanhado de sua comitiva e recepcionado por autoridades e políticos da região. Na ocasião, foi inaugurado também o aeroporto de Jacobina, edificado pela Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) em parceria com a Prefeitura. Feita a inauguração do aeroporto e discursado o prefeito Orlando Oliveira Pires, dirigiram-se as autoridades para o centro da cidade.³⁹

Em um palanque, instalado na Praça Rio Branco, fizeram um comício (Imagens: 1, 2 e 3 - abaixo), em que percorreram as lideranças políticas locais, os deputados Francisco Rocha Pires e Manuel Novais, e, por fim, Juscelino Kubitschek. O presidente, na sua fala, por sua vez, prometeu a construção da desejada Estação Abaixadora de Senhor do Bonfim. Obra necessária para a sonhada energia elétrica de Paulo Afonso chegar a Jacobina e à região.⁴⁰ Assim, o jornal *Vanguarda*, relatava na sua primeira página, sobre o acontecimento: “o dr. Juscelino Kubitschek que, após tecer várias considerações em torno da sua administração, disse que aquela justa aspiração dos sertanejos baianos seria transformada em realidade no seu governo”.⁴¹

³⁸ Já Está Funcionando o Conjunto Termo-Elétrico da Comissão do Vale do S. Francisco - Vanguarda, 12/10/1957, N° 413, p.1

³⁹ Vanguarda, 09/10/1957, N°417, p.1

⁴⁰ Idem, p.1

⁴¹ Idem, p.1

Juscelino Kubitschek, tinha sido bem votado em Jacobina, nas eleições para presidente de 1955, recebendo 3251 votos. Quantidade de votos muito superior em relação aos demais candidatos.⁴²Contando, portanto, de grande simpatia da população local. Posterior ao comício, foi oferecido um banquete pela Prefeitura, nas dependências do espaço do clube social “Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro”. Ainda com a presença do presidente da República e sua comitiva, foi inaugurado o conjunto termoelétrico construído pela CVSF, no incipiente bairro da Bananeira. De lá, retornando ao aeroporto recém-inaugurado, ganhou os ares para outras plagas. Momento festivo na cidade, à noite foi ofertado aos visitantes, um baile na Sociedade Filarmônica 2 de Janeiro.⁴³

Figura 2 - Comício na Praça Rio Branco, centro da cidade – 1957.

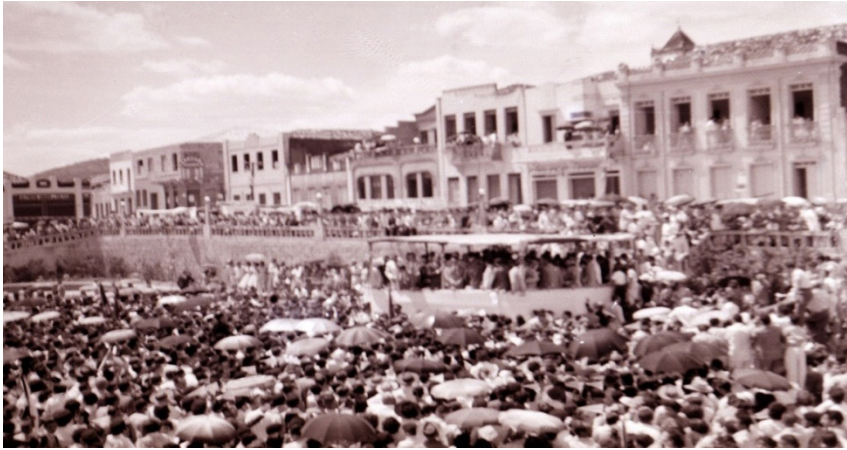


Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV)

⁴²Os outros candidatos foram Juarez Távora, que recebeu 842, Plínio Salgado, 415, e Ademar de Barros, 200 votos. O resultado das eleições neste município. Vanguarda, 09/10/1955, N° 313, p.1.

⁴³Vanguarda, 09/10/1957, N°417, p.1

Figura 3 - Comício na Praça Rio Branco - 1957.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV).

Figura 4 - Presidente Juscelino Kubitschek - 1957.



Fonte: Fotografia de Osmar Micucci. (Acervo: NECC/UNEB – CAMPUS IV).

A visita do presidente projetava, sobretudo, as realizações de modernização da cidade da gestão de Orlando Oliveira Pires, rendendo-lhe

reconhecimento e prestígio. E mais ainda, um tipo de capital simbólico e político para si e seu grupo partidário e oligárquico. De acordo com o sociólogo Pierre Bourdieu:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados.”⁴⁴

Neste sentido, apontamos, que a presença e participação do presidente Juscelino Kubitschek, na inauguração das obras na cidade, assumiu uma dimensão simbólica, capitaneada pela gestão municipal. No ano seguinte, a Câmara Municipal, aprovou uma lei, instituindo o dia 6 de novembro, como feriado municipal. A justificativa era uma homenagem a data considerada como histórica para Jacobina.⁴⁵ Dessa maneira, além da nomeação dos espaços construídos e remodelados da cidade com nomes de figuras políticas, a exemplo do Estádio Municipal “Dr. Francisco Rocha Pires⁴⁶”, deputado estadual, e da Avenida Orlando Oliveira Pires, com o nome do prefeito⁴⁷, criava-se ainda uma cronologia dos eventos, instituindo data e feriado, marcando no calendário os feitos do gestor e do presidente. Para o alcaide fui uma:

Visita proveitíssima, pois além (sic) de Jacobina tornar-se mais conhecida e notada na imprensa de todo o país, recebeu a promessa formal do Excelentíssimo Senhor Presidente da República de mandar construir (sic) a abaxadora de Senhor do Bonfim, que resolverá definitivamente o problema de energia da zona, bem como tornará possível o nascimento de uma (sic) parque industrial nesta região.⁴⁸

⁴⁴ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.p.11

⁴⁵ JACOBINA. Lei N° 105-58 de 15 de janeiro de 1958 Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.p.14. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

⁴⁶ JACOBINA. Lei N°. 82 de 27 de dezembro de 1956. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967.p. 20- 22. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

⁴⁷ JACOBINA. Livro de Atas N° 2 da Câmara de Vereadores de Jacobina. De 05/12/1948 a 24/11/1955, pp. 194-197. Lei N° 53-55 de 26 de outubro de 1955. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967, p. 2. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

⁴⁸ Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Série: Relatório. Caixa: 109. Maço: 01. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

Orlando Oliveira Pires destacava a projeção de Jacobina no cenário nacional. A visita do dirigente da nação certamente proporcionava uma visibilidade à cidade, servido na constituição de uma espécie de capital simbólico do governante municipal e seu grupo político.⁴⁹ O prefeito definia ainda o momento como “a fase de ouro”⁵⁰, afirmando uma imagem de si como promotor dessa nova etapa, que Jacobina estaria passando. Já a imprensa local, o jornal *Vanguarda*, até certo momento, contribuiu na promoção da imagem do prefeito, como um administrador jovem e dinâmico, e difundiu uma representação acerca da história da cidade, demarcando dois momentos. De um lado, um passado de “marasmo” e “decadência”, de outro, a sua superação, Jacobina entrava numa fase de renovação. Era o momento que estava passando, das transformações urbanas, nomeadas como signos da chegada do “progresso”⁵¹ a cidade.

Em torno da promessa do presidente, o gestor cogitava para Jacobina e municípios adjacentes, a expectativa da industrialização. Naquela conjuntura, em que a região Sudeste do país crescia no aspecto industrial, incentivada pelo governo do presidente JK. Orlando Oliveira Pires, por sua vez, imaginava também essa alternativa de produção econômica para Jacobina. Talvez, na perspectiva de superar as antigas atividades agrícolas, de pecuária e mineração, predominantes no município. E ainda, de fomentar outras facetas que o desenvolvimento e a industrialização poderiam desdobrar, como o processo de urbanização, a inserção de equipamentos técnicos-científicos-informacionais modernos; transformações no campo urbanismo, das comunicações, dos transportes e novas relações e dinâmicas de consumo, de serviços e lazer.

Se, por um lado, apostava na modernização, saneamento e embelezamento do centro urbe, tentando construir numa nova espacialidade e paisagem urbana, por outro, pensava em incentivar o desenvolvimento industrial em Jacobina. Um modo de produção e trabalho, representado naquele contexto, como mais avançado, responsável por inserir a cidade no mundo moderno. Em torno da energia elétrica da hidrelétrica de Paulo Afonso, alimentavam-se projetos, sonhos e desejos para a cidade de Jacobina.

⁴⁹O conceito de capital para Bourdieu, transcende a abordagem estrita da dimensão econômica do termo. Compreende o seu significado em múltiplos desdobramentos nas relações sociais. O capital simbólico funciona baseado nas crenças ou reconhecimento naturalizado que os interesses dos dominantes são verdadeiros e legítimos.

⁵⁰Idem.

⁵¹Jacobina retomou o caminho do progresso. *Vanguarda*, 11/02/1956, N° 330, p.1.

Contudo, críticas foram perpetradas aos planos do alcaide. O *Vanguarda*, que já não fazia elogios às suas medidas administrativas e sua pessoa, como nos primeiros dois anos da gestão de Orlando Oliveira Pires. Uma vez que, passou a ter como coproprietário Edvaldo Valois Coutinho, candidato derrotado nas eleições de 1954 e opositor político do prefeito, assumiu uma postura crítica em relação as pretensões do gestor municipal. Em 1958, quando o prefeito estipulou o aumento do valor do quilowatt-hora em 50%, o periódico, questionava a iniciativa de elevação do preço da energia, e apontava até para erros gramáticas, no texto, do prefeito:

O sr. Prefeito negou há pouco o abono de Natal, pleiteado pelos humildes funcionários municipais que, na sua maioria, ganharam menos do salário mínimo da região. Mas, em compensação, deu-lhes, e aos demais consumidores de energia elétrica, um presente de Ano-Bom: aumentou em 50% a taxa de luz!

O motivo alegado por s.s. para esse injustificável aumento é, segundo o comunicado volante, distribuído pela cidade, “a nova orientação de iluminação pública”. Descobriu o sr. Prefeito que, “com o progresso atual de Jacobina, há necessidade imediata de que a cidade, venha a ter energia elétrica 5 horas e meia a mais de funcionamento, do que o horário habitual” (sic).

Se essas cinco horas e meio de energia fossem distribuídas de zero-hora (sic) ao amanhecer do dia, os consumidores compreenderiam o motivo da dilação do horário, não compreenderiam, porém, o absurdo aumento do quilowatt-hora. Mas, o que o sr. Prefeito está fazendo é ligar a energia às 13 horas e desligá-la a uma hora da manhã do dia seguinte, porque – diz – “assim não somente desenvolver-se-ão as indústrias existentes, como também haverá o fomento natural de novas atividades que careçam de consumo de energia”. (Os erros de acentuação gráfica e de topologia pronominal são dele).

- Quais são essas indústrias existentes que irão beneficiar-se com a energia produzida pela usina termelétrica da Prefeitura?

- Que novas indústrias poderão surgir nesta cidade com base na escassa e cara energia da usina municipal? Nenhuma, porque esta mal dará para acionar as geladeiras, os aparelhos de rádio, as enceradeiras e outros aparelhos elétricos domésticos (sic).

O de que a nossa terra necessita é de luz a noite inteira para espancar as trevas e afugentar os laráprios que, acobertados pela escuridão de zero-hora ao amanhecer do dia, estão, constantemente a nos importunar, e não de algumas horas de energia à tarde.⁵²

O semanário assinalava para o incessante desejo do gestor de impulsionar o desenvolvimento industrial na cidade. Questão inclusive, que havia sido definida na lei municipal, que autorizava o aumento do valor do serviço: “Parágrafo único – Prevalecem as importâncias do presente artigo tanto para iluminação doméstica quanto para o uso industrial.”⁵³ A busca pelo fomento de atividades industriais e econômicas, para além da ampliação da produção e horário de funcionamento da energia, foi estimulada ainda, por meio de isenção de impostos e taxas municipais. Em 1958, os vereadores, autorizavam o prefeito, a conceder à Fábrica de Balas e Caramelos “Sandra”⁵⁴ e ao cidadão Djalma Mendonça Santana⁵⁵, a isenção de tributos municipais pelo prazo de cinco anos.

Neste contexto, da década de 1950, o desenvolvimento industrial do país aparecia como o caminho a ser trilhado, sonhava-se com a nação entrando nos eixos do capitalismo internacional, tendo o sistema de fábrica como eixo norteador do desenvolvimento.⁵⁶ No imaginário social, a industrialização, expressão do triunfo da sociedade burguesa, era apresentada enquanto o controle humano sobre a natureza. Entretanto, ocultava a dimensão do domínio inaugurado sobre o homem, da submissão a disciplina do trabalho, da exploração do sistema de fábrica e da subordinação do corpo operários ao ritmo ditado pelas máquinas.

Na opinião do jornal *Vanguarda*, a energia elétrica devia atender melhor os comerciantes e aqueles que possuíam equipamentos elétricos e

⁵² Aumentada em 50% a taxa de luz! “A Nova Orientação” Dada a Êste (sic) Serviço -Vanguarda, 04/01/1958, N.º 425, p.1

⁵³ JACOBINA. Lei N.º 101-57 de 29 de novembro de 1957. Regula o fornecimento de energia e estabelece o preço por kilowatt, na sede e dá outras providências. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.27-28. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

⁵⁴ JACOBINA. Lei N.º 108-58 de 15 de junho de 1958. Livros de Registro de Leis de 1955 a 1967. p.35. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

⁵⁵ Idem, p.35.

⁵⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4.ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.p.156-194.

eletrodomésticos. A iluminação das ruas, devia servir como um mecanismo de garantia da segurança, da ordem urbana e da sacrossanta propriedade privada dos comerciantes, que se via, por vezes, ameaçada. Como observamos, o jornal trazia em suas publicações a apresentação de projetos, anseios e idealizações de um determinado grupo social. Mesmo escondendo-se sob a máscara da imparcialidade e da objetividade jornalística.

O semanário *Vanguarda* representava interesses e expectativas de seus anunciantes, patrocinadores e prováveis leitores, como empresários locais, comerciantes atacadistas e varejistas, médicos, advogados, dentistas, contadores e lojistas. A atividade de imprensa, falava de um lugar social, econômico e cultural, tanto representava reivindicações, como defendia, mobilizava e colocava em pauta interesses. Nesses termos, o periódico, concluía a narrativa de crítica à medida do prefeito:

Está claramente compreendido que, com essa sua “nova orientação”, o objetivo do sr. Prefeito não é o de bem servir à população jacobinense, mas, o de arranjar meio de arrecadar mais dinheiro, numa ganância digna de Shylock.
Esta sim, é que é a verdade.⁵⁷

Esses empreendimentos de modernização da cidade, de certa forma, encontraram um contexto favorável. A década de 1950, especificamente o período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), foi marcada por investimentos do executivo federal em áreas consideradas como estratégicas. O projeto nacional-desenvolvimentista, executado no governo de JK, definido por meio do chamado de Plano de Metas, preconizava investimentos na indústria de base, no setor de transporte, energia, alimentação, educação e na construção da nova capital, Brasília.

Somando aos investimentos estatais de infraestrutura, o governo de JK, incentivou a vinda de empresas estrangeiras para o país, nas áreas também consideradas prioritárias, como a “indústria automobilística, transportes aéreos e estradas de ferro, eletricidade e aço.”⁵⁸ Inclusive, concedendo facilidades para a sua instalação. Particularmente, os estados do Nordeste foram objeto de atenção, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão ligado diretamente ao presidente da República

⁵⁷ *Vanguarda*, 04/01/1958, N°425, p.1

⁵⁸ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p.363-364.

e prometido como mecanismo de incentivo do desenvolvimento e do planejamento industrial dos Estados da região.⁵⁹

Parte das obras de modernização da cidade, como a ampliação do serviço de energia elétrica, a construção do aeroporto e do serviço de água encanada, foram possíveis, por meio de recursos e órgãos do governo federal. O Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) tiveram atuação importante em Jacobina, naqueles anos, participando da construção dos empreendimentos de infraestrutura urbana, em convênio com a Prefeitura. Em 1959, na edição 480, texto do jornal *Vanguarda*, na primeira página, com o título “Dois milhões de cruzeiros para o serviço de água encanada”, informava aos leitores do periódico semanal que: “O serviço de instalação de água de Jacobina foi iniciado há mais de um ano, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, encontrando-se, atualmente, bem adiantado, com quase tôda a sua rêde distribuidora pronta (sic)”⁶⁰.

O 4º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra Seca (DNOCS), foi responsável por parte do serviço de água encanada da cidade. Especificamente sendo encarregado pela construção da rede de distribuição (instalação das tubulações nas ruas), da adutora e do reservatório. O citado órgão federal foi responsável ainda pela edificação dois chafarizes, um próximo à estação ferroviária, na Praça Dr. J. J. Seabra (hoje Praça da Bíblia), e outro, no Alto da Missão.⁶¹

A partir dos textos do jornal *Vanguarda* verifica-se atuação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), para além da obra da ampliação do serviço de energia elétrica, com participação nos trabalhos de construção do Aeroporto de Jacobina. A documentação pesquisada indica que a obra inicialmente havia sido empreendida pelo Ministério da Aeronáutica, em convênio com a Prefeitura Municipal.⁶² Entretanto, identifica-se a continuidade da execução por parte da Comissão do Vale do São Francisco. Nestes termos, o *Vanguarda*, comunicava seus leitores o andamento dos trabalhos:

⁵⁹ FAUSTO, op. cit. p.363.

⁶⁰Dois milhões de cruzeiros para o serviço de água encanada. *Vanguarda*, 25/01/1959, N°480, p.1

⁶¹ SILVA, Edson. Modernização, sanitarismo e cotidiano urbano: o processo de implantação do sistema de água encanada em Jacobina (1955-1963). *História Unicap*, v. 4, n. 8, p.161-173. jul./dez. de 2017. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/939/1050>

⁶² Reiniciados os trabalhos do campo de aviação - *Vanguarda*, 31/07/1955, N° 303, p.1; Pronta Parte da Pista do Aeroporto Desta Cidade - No Próximo Ano Serão Construídos o Hangar e a Estação de Passageiros - *Vanguarda*, 17/12/1955. N° 323, p.1; Projetos Aprovados Pela Câmara de Vereadores - *Vanguarda*, 4/02/1956. N°. 329, p.1

Com a vida a esta cidade, no início da semana que hoje finda, do eng. Ivan Chagas, da Comissão do Vale do S. Francisco, foram reiniciados os trabalhos de construção do restante da pista do aeroporto local, os quais se acham sob a orientação do construtor, sr. Plínio Mesquita de Araújo e da fiscalização técnica do Serviço de Construção da Segunda Zona Aérea, com sede no Recife, capital de Pernambuco.

Concluídos os serviços da pista, serão iniciadas as construções da estação de passageiros e do hangar.

Se não surgir algum imprevisto, prevê-se que todas (sic) essas obras serão terminadas até dezembro do ano em curso.⁶³

Em outro texto, os editores apontavam a participação direta da autarquia federal: “O aeroporto construído pela Comissão do Vale do S. Francisco, nesta cidade, e que foi oficialmente inaugurado pelo presidente Juscelino Kubitschek, no dia 6 de novembro do ano passado, não foi utilizado por nenhuma empresa de transporte até hoje”⁶⁴. Não obstante, a queixa dos jornalistas, nota-se que a partir de 1958 a cidade passou a receber voos regulares, da empresa Atlanta Táxi Aéreo, que fazia linha entre Salvador e Jacobina, transportando passageiros e encomendas, duas vezes por semana.⁶⁵

Em 1959, o *Vanguarda*, que de costume, evidenciava nas suas páginas a visita de pessoas a cidade, informava que o conterrâneo, jornalista e bancário Alvimar Macedo Silva, tinha chegado a Jacobina em um avião da empresa Atlanta.⁶⁶ Máquinas metálicas cortando o céu inseriam-se na paisagem urbana de Jacobina e passavam a fazer parte do cotidiano dos cidadãos. Do céu onde antes a população visualizava o sol, a chuva, as nuvens, voos dos pássaros e aves de rapina, passava testemunhar o transporte pessoas. O recém inaugurado meio de transporte coletivo alterava a percepção do tempo e do espaço. O sentido entre o perto e longe transformava-se.

No entanto, depois da instalação dos motores e da reforma da usina termoelétrica, havia outra questão a ser resolvida. A ampliação e renovação da rede elétrica de distribuição, a fim de atender outros bairros e ruas, não assistidos pelo serviço. Na mensagem do prefeito, para a Câmara de Vereadores,

⁶³ Reiniciados os Trabalhos da Construção do Aeroporto – Vanguarda, 09/06/1956.N° 347, p.1

⁶⁴ Por Que Ainda Não Foi Estabelecida Uma Linha Aérea Entre a Capital e Esta Cidade? Vanguarda, 26/10/1958. N° 468, p.1

⁶⁵ A Atlanta Táxi Aéreo Inaugura Hoje Uma Linha de Vôos Para Esta Cidade - Vanguarda, 14/12/1958. N° 474.p.1; A Atlanta Táxi Aéreo Ltda. - Vanguarda, 21/12/1958.N°475. p.4

⁶⁶ Jornalista Alvimar Macedo Silva - Vanguarda, 11/01/1959.N°478. p.1

sobre as atividades da gestão referentes ao ano de 1957, o gestor apontava, que restava ainda pendente, a ampliação da rede, a ser feita pelos técnicos da Comissão do Vale do São Francisco.⁶⁷

Dessa maneira, o drama em torno do serviço da energia elétrica continuava a ser encenado nas páginas do *Vanguarda*. No ano seguinte à inauguração (1958), na primeira página do jornal, a crítica era feita. O editor do periódico, acusava o engenheiro responsável pelas obras pelo atraso e, na oportunidade, apelava para o superintendente da Comissão do Vale do S. Francisco, para resolver o impasse. Dramatizando a situação, projetava de modo bastante alarmista, que a cidade ficaria sem luz, num futuro próximo.⁶⁸ Contudo, o periódico não levava em consideração, que, enquanto a ampliação da rede de distribuição de energia não era feita, continuavam os moradores dos bairros afastados do centro da cidade sem o serviço, esperando pelo equipamento de conforto urbano.

Em síntese, a cidade encontrava-se com a capacidade de produção de energia aumentada, iluminando as ruas e becos do centro da urbe. Garantindo o funcionamento do comércio e o uso de equipamentos elétricos e eletrodomésticos de uma parcela da população citadina. Nota-se, que o serviço de energia elétrica e o melhoramento de conforto urbano, inicialmente vinha para poucos, e, estava voltado para o incentivo a um pretenso desejo de industrialização. Por outro lado, continuavam os moradores dos bairros afastados do centro utilizando candeeiros e velas.⁶⁹

O processo de modernização, em curso em Jacobina, naqueles anos, seguiu com uma desigual distribuição de infraestrutura urbana e de equipamentos técnicos de conforto e uso coletivo. O centro da cidade era redesenhado com a concentração dos investimentos urbanísticos: ruas pavimentadas e estruturadas com os serviços de rede de esgoto, água encanada, iluminação pública e energia elétrica. Porém, ficaram os bairros e as ruas distantes do centro à margem desse processo. A referência ao “progresso” por que passava

⁶⁷ Relatório e prestação de contas do executivo de Jacobina, referente ao exercício de 1957. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limites: 1951/1989. Serie: Relatório. Caixa: 109. Maço: 01. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

⁶⁸ Urge Seja Construída a Nova Rede Elétrica Apelo ao Diretor-Superintende da Comissão Vale - Vanguarda, 05/04/1958. N°438, p.1

⁶⁹ No relatório de prestação de conta do ano 1965, o prefeito Ângelo Brandão, afirmava que esperava até o fim do primeiro semestre do ano 1966, para uso coletivo, a chegada da sonhada rede de energia elétrica de Paulo Afonso. Em 1965, a prefeitura tinha entregado o serviço de distribuição de energia para a administração da Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA). Cf. Mensagem de 1965. Do Prefeito Municipal à Câmara Municipal de Vereadores. Acervo: Poder Legislativo. Fundo: Câmara de Vereadores. Datas-limite: 1948-1991. Notação: Mensagem. Caixa: 60. Arquivo Público Municipal de Jacobina (APMJ).

Jacobina, citado pelos jornalistas do *Vanguarda*, e a “fase de ouro” da cidade, citada pelo gestor municipal, com o processo de modernização, limitava-se apenas aos melhoramentos urbanísticos situados nas ruas centrais. Espaço em que se concentravam e desenvolviam o comércio, a exemplo, de lojas, bancos e escritórios, funcionavam as instituições públicas (Câmara, Fórum, Prefeitura), residências e casarões.

Nesse sentido, a descrição e análise da inserção desses elementos urbanísticos nos permitem concluir que, neste momento de intervenção na cidade, desenvolvia-se uma forma de modernização excludente, parcial e seletiva. Concentravam-se os investimentos públicos no espaço central da urbe, valorizando a área e possibilitando o desenvolvimento do comércio local. A prioridade desse espaço, dava-se por questões estratégicas, como já assinalamos, ali se realizava tanto a circulação de mercadorias, quanto centralizava-se as decisões administrativas municipais, e habitavam segmentos da população abastada da cidade. Contudo, relegava os bairros populares (Missão, Bananeira, Serrinha, Caeira), excluídos da infraestrutura urbanística e dos equipamentos de conforto urbano.

Considerações Finais

O processo de ampliação do serviço de energia elétrica era um melhoramento urbano, o qual envolveu interesses diversos na sua concretização. Jornalistas e comerciantes da cidade estavam preocupados com a questão da segurança pública e proteção da propriedade privada, que se via, por vezes, ameaçada. Por outro lado, os comerciantes vislumbravam na ampliação do serviço de energia elétrica um fator de fomento das atividades comerciais, capaz de ampliar o tempo de funcionamento dos seus estabelecimentos e aumentar os seus lucros. Assim, as constantes reivindicações dos textos jornalísticos sobre os serviços de energia elétrica da cidade, expressavam o desejo de se ter um espaço urbano bem iluminado, promovendo a segurança e o desenvolvimento do comércio, e ainda, permitindo a utilização de equipamentos eletrodomésticos no cotidiano das residências.

Em torno da energia elétrica era engendrado nas páginas da imprensa local um discurso salvacionista. Ao mesmo tempo que, eram empreendidas ações pela gestão municipal, no sentido de ampliar a capacidade de produção de energia na cidade, com a construção de um novo terminal, com novos e potentes motores, era reproduzido um discurso redentor na imprensa. O discurso apresentava a região Nordeste como seca e miserável, e a energia

elétrica, produzida pela hidrelétrica de Paulo Afonso, como solução das mazelas sociais e capaz de minimizar os problemas decorrentes da seca na região.

A inauguração do novo terminal elétrico da cidade foi um evento de repercussão política, marcado pela presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek. Para o gestor municipal, além da significativa conquista do melhoramento urbano, de modernização da cidade, a visita presidencial projetava a Jacobina no cenário nacional, funcionando para seu governo e partidários, como uma espécie de capital simbólico e político⁷⁰. O alcaide, por sua vez, a partir da ampliação da capacidade de geração de energia pelo novo terminal elétrico, procurava incentivar o desenvolvimento de indústrias na cidade. A industrialização era um assunto em pauta naquele contexto histórico. O governo federal, por meio do chamado Plano de Metas, incentivava a instalação de indústrias no país. Ao afirmar o desejo de industrialização da cidade, o prefeito, procurava articular uma imagem de si, em sintonia com o plano do governo federal, inserindo Jacobina também no projeto nacional de industrialização e com as transformações do mundo moderno.

O processo de modernização urbana de Jacobina, em curso naquele contexto, o qual a ampliação do serviço de energia elétrica fazia parte, sucedeu de forma parcial e assumiu um contorno seletivo e excludente. Considerável parte dos bairros e da população da cidade, manteve-se excluída do acesso aos equipamentos de conforto urbano e modernização da cidade. A introdução desses equipamentos urbanísticos, como a construção da rede de esgoto, do serviço de água encanada para as residências, a pavimentação das ruas e a rede de distribuição de energia elétrica, nesse primeiro momento, foram limitadas à região central da cidade, onde localizava-se os estabelecimentos comerciais, instituições do poder público e residências de famílias abastadas.

Referências:

ALBURQUEQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife. FJN, Ed. Massangna. São Paulo. Cortez, 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BLUME, Luiz Henrique dos Santos. “Imagens da cidade: memória da modernidade no sertão. Jacobina, BA, 1920-1950”. In: MENEZES, Adriano; OLIVEIRA, Valter de. (Org.). *Culturas Urbanas na Bahia: Estudos sobre Jacobina e Região*. Salvador: EDUNEB, 2009. p.15-30.

⁷⁰BOURDIEU, op. cit.p.11

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21. Ed. São Paulo: Loyola, 2011.

LEMOS, Doraci. *Jacobina*, [s.n.], Jacobina, 1994.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meios dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo. Contexto, 2011. p.111-153.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo. Ática, 1986.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 4.º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2011.p. 156-194.

RONCAYOLO, Marcel. Transfigurações noturnas da cidade: o império das luzes artificiais. Trad. Eveline Bouteiller Kavakama. *Projeto História*. São Paulo, v. 18, p.97-101, maio, 1999.

SAES, Alexandre Macchione. Luz, leis e livre-concorrência: conflitos em torno das concessões de energia elétrica na cidade de São Paulo no início do século XX. *HISTÓRIA*. São Paulo, vol. 28. Nº 2. p.173-234. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/kqMdc3Hzwmy5ND3ZqBZ6RSt/?lang=pt>

SAES, Alexandre Macchione; LANCIOTTI, Norma Silvana. La regulación de los servicios de electricidad en Argentina y Brasil (1890-1962). *Economía e Sociedade*. Campinas, v. 21, n. 2 (45), p. 409-447, ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/8kw9GCKV4YkYj7CNMvKQM9y/?lang=es>

SILVA, Edson. *Modernização, sanitário e cotidiano (Jacobina 1955-1959)*. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Edson. Um centro comercial a altura do “progresso” da cidade (Jacobina – BA - 1955-1960). In: *Anais. III Colóquio História Cultural e Sensibilidades*. Disponível em: http://cnhc.ufrn.br/wp-content/uploads/2019/11/anais_cnhcs_2013.pdf.

SILVA, Edson. A cidade de ponta a cabeça. *Albuquerque: revista de história*, v. 11, n. 22, p. 114-135, 4 maio 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/9594>

SILVA, Edson. Modernização, sanitário e cotidiano urbano: o processo de implantação do sistema de água encanada em Jacobina (1955-1963). *História Unicap*, v. 4, n. 8, p.161-173. jul./dez. de 2017. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/939/1050>

Artigo recebido para publicação em 24/10/2021
Artigo aprovado para publicação em 05/08/2022